

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
Curitiba - PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.610	6.537	Fornecedores		2.245	4.338
Clientes	5	3.175	1.470	Empréstimos	10	48.817	17.356
Despesas antecipadas	6	391	397	Obrigações sociais		1.010	1.144
Outros créditos		<u>46</u>	<u>61</u>	Empresas ligadas	11	1.686	2.394
Total do ativo circulante		<u>18.222</u>	<u>8.465</u>	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.363	1.266
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		115	850
NÃO CIRCULANTE				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		1.392	2.416
Realizável a longo prazo:				Outras contas a pagar		<u>3.587</u>	<u>2.197</u>
Empresas ligadas	11	-	11	Total do passivo circulante		<u>60.215</u>	<u>31.961</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	1.465	1.194				
Depósitos judiciais		-	199	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	73.291	59.885	Empréstimos	10	11.000	16.500
Intangível	8	<u>335</u>	<u>407</u>	Empresas ligadas	11	-	68
Total do ativo não circulante		<u>75.091</u>	<u>61.696</u>	Provisão para contingências	12	3.169	2.727
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	<u>209</u>	<u>185</u>
				Total do passivo não circulante		<u>14.378</u>	<u>19.480</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13.a	15.600	15.600
				Reserva de lucros - legal	13.b	<u>3.120</u>	<u>3.120</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>18.720</u>	<u>18.720</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>93.313</u>	<u>70.161</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>93.313</u>	<u>70.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	14	121.723	107.061
Receitas acessórias	14	<u>662</u>	<u>1.791</u>
		122.385	108.852
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação e receitas acessórias		(10.594)	(9.400)
		<u>111.791</u>	<u>99.452</u>
RECEITA LÍQUIDA			
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	15	(44.450)	(39.891)
		<u>67.341</u>	<u>59.561</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	15	(29.239)	(24.423)
Outras receitas, líquidas		<u>503</u>	<u>-</u>
		(28.736)	(24.423)
		<u>38.605</u>	<u>35.138</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	489	270
Despesas financeiras	16	<u>(6.271)</u>	<u>(3.670)</u>
		(5.782)	(3.400)
		<u>32.823</u>	<u>31.738</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9.b	(11.059)	(10.608)
Diferidos	9.b	<u>247</u>	<u>(73)</u>
		(10.812)	(10.681)
		<u>22.011</u>	<u>21.057</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)			
		<u>15.600</u>	<u>15.600</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$			
		<u>1,41</u>	<u>1,35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros - legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		15.600	3.120	-	18.720
Lucro líquido do exercício		-	-	21.057	21.057
Dividendos intermediários (R\$1,17 por ação)		-	-	(18.239)	(18.239)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,03 por ação)		-	-	(487)	(487)
Dividendos propostos (R\$0,15 por ação)		-	-	(2.331)	(2.331)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>15.600</u>	<u>3.120</u>	<u>-</u>	<u>18.720</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	22.011	22.011
Dividendos intermediários (R\$1,24 por ação)	13.c	-	-	(19.554)	(19.554)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,09 por ação)	13.c	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos propostos (R\$0,15 por ação)	13.c	-	-	(1.311)	(1.311)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>15.600</u>	<u>3.120</u>	<u>-</u>	<u>18.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.823	31.738
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.194	10.458
Baixa do ativo imobilizado	7	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	4.514	2.860
Constituição de provisão para contingências e atualização monetária	2.253	1.537
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.705)	367
Despesas antecipadas	6	812
Outros créditos e depósitos judiciais	214	14
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.093)	1.960
Obrigações sociais	(134)	1
Impostos, taxas e contribuições a recolher	97	201
Empresas ligadas	(697)	(1.105)
Pagamento de contingências, líquido dos depósitos judiciais	(1.811)	(868)
Outras contas a pagar	1.390	534
Juros pagos	(5.053)	(3.274)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.794)	(10.189)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>30.211</u>	<u>35.046</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(25.521)	(17.655)
Aquisição de intangível	(14)	(709)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(25.535)</u>	<u>(18.364)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	(68)	(11)
Captação de empréstimos	42.000	10.000
Pagamento de empréstimos	(15.500)	(5.499)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(23.035)	(19.275)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>3.397</u>	<u>(14.785)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>8.073</u></u>	<u><u>1.897</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.537	4.640
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>14.610</u>	<u>6.537</u>
	<u>8.073</u>	<u>1.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	121.723	107.061
Outras receitas	<u>1.165</u>	<u>1.791</u>
	<u>122.888</u>	<u>108.852</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(42.067)	(26.146)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.020)	(19.007)
Outros	<u>(1.084)</u>	<u>(191)</u>
	<u>(53.171)</u>	<u>(45.344)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>69.717</u>	<u>63.508</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(12.194)	(10.458)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>57.523</u>	<u>53.050</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	489	270
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>58.012</u>	<u>53.320</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>58.012</u>	<u>53.320</u>
Pessoal	<u>7.754</u>	<u>7.398</u>
Remuneração direta	5.138	4.974
Benefícios	2.312	2.110
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	304	314
Impostos, taxas e contribuições	<u>21.473</u>	<u>21.107</u>
Federais	15.337	15.681
Municipais	6.136	5.426
Remuneração de capitais de terceiros	<u>6.774</u>	<u>3.758</u>
Juros	4.514	2.884
Aluguéis	801	874
Outras	1.459	-
Remuneração de capitais próprios	<u>22.011</u>	<u>21.057</u>
Juros sobre o capital próprio	1.146	487
Dividendos	20.865	20.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia” ou “Ecovia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km.

A concessão, pelo prazo de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta Primav EcoRodovias S.A. (“Primav”), mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, do início até o 11º ano R\$60 mensais e do 12º ano até o final do contrato R\$66 mensais a valores iniciais, reajustados pelos mesmos índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2009, a parcela mensal reajustada é de R\$175.
- b) Verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destinada a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária será paga até o 11º ano no valor de R\$10 mensais e do 11º ano até o final do contrato no valor de R\$11 mensais.
- c) A restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso são conforme segue (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$41.993, substancialmente composta por capital de giro aplicado nas operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis para a Companhia e para a controladora e nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.

- As receitas de serviços são reconhecidas com base na execução dos serviços, quando incorridos.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 7.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com o CPC 20 - Custos de Empréstimos, divulgado em 13 de fevereiro de 2009, sendo seu valor demonstrado na nota explicativa nº 7.

- Intangível

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto substancialmente por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de cinco anos, de forma linear.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências e obrigações legais

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 12.

As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, são tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

f) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa geral	3	6
Bancos conta movimento	1.254	4.176
Numerário em trânsito (a)	896	851
Fundo de troco	<u>453</u>	<u>435</u>
	2.606	5.468
Aplicações financeiras-		
Recursos não vinculados (b)	<u>12.004</u>	<u>1.069</u>
Total	<u>14.610</u>	<u>6.537</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam de um a dois meses em média e possuem liquidez imediata.

5. CLIENTES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pedágio eletrônico	1.721	1.109
Cupons de pedágio	1.347	313
Outras contas - receitas acessórias	<u>107</u>	<u>48</u>
	<u>3.175</u>	<u>1.470</u>

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição do contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$391 (R\$397 em 31 de dezembro de 2008) é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 19).

7. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação -%	Custo	2009	2008
			Depreciação acumulada	Valor líquido
Pavimentações e conservação especial	15,4	91.029	(47.237)	43.792
Sinalização e dispositivos de segurança	13	7.478	(5.250)	2.228
Hardware e equipamentos de pedágio	15,5	6.673	(4.795)	1.878
Máquinas e equipamentos	10,8	1.296	(817)	479
Móveis e utensílios	10,2	742	(419)	323
Terrenos e edificações	5,5	12.905	(6.175)	6.730
Obras em andamento (*)	-	-	-	-
Demais melhorias e ampliações	9	22.805	(6.801)	16.004
Outros	10	<u>3.518</u>	<u>(1.661)</u>	<u>1.857</u>
		<u>146.446</u>	<u>(73.155)</u>	<u>73.291</u>
				<u>59.885</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário em fase de execução. A depreciação iniciar-se-á após a conclusão.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

Em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$614 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$544 em 31 de dezembro de 2008).

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	Saldos em 2008	Adições	Transferência	Baixa	Saldos em 2009
Pavimentações e conservação especial	72.156	17.810	1.063	-	91.029
Sinalização e dispositivos de segurança	7.452	26	-	-	7.478
Hardware e equipamentos de pedágio	5.811	375	487	-	6.673
Máquinas e equipamentos	1.235	59	2	-	1.296
Móveis e utensílios	644	68	30	-	742
Terrenos e edificações	12.905	-	-	-	12.905
Obras em andamento	516	1.324	(1.833)	(7)	-
Demais melhorias e ampliações	16.818	5.736	251	-	22.805
Outros	<u>3.395</u>	<u>123</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.518</u>
	<u>120.932</u>	<u>25.521</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>146.446</u>

Depreciação:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Pavimentações e conservação especial	(37.921)	(9.316)	(47.237)
Sinalização e dispositivos de segurança	(5.029)	(221)	(5.250)
Hardware e equipamentos de pedágio	(4.267)	(528)	(4.795)
Máquinas e equipamentos	(736)	(81)	(817)
Móveis e utensílios	(367)	(52)	(419)
Terrenos e edificações	(5.557)	(618)	(6.175)
Demais melhorias e ampliações	(5.716)	(1.085)	(6.801)
Outros	<u>(1.454)</u>	<u>(207)</u>	<u>(1.661)</u>
	<u>(61.047)</u>	<u>(12.108)</u>	<u>(73.155)</u>

8. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada anual de amortização - %	<u>Custo</u>	<u>2009</u> Amortização acumulada	<u>Valor líquido</u>	<u>2008</u> Valor líquido
Software de terceiros (*)	20	<u>723</u>	<u>(388)</u>	<u>335</u>	<u>407</u>

Custo:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Software de terceiros	<u>709</u>	<u>14</u>	<u>723</u>

Amortização:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Software de terceiros	<u>(302)</u>	<u>(86)</u>	<u>(388)</u>

(*) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente pelo prazo de cinco anos e estão registrados na rubrica "Custo dos serviços prestados".

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes a diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07 e capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para contingências	3.818	2.963
Outros	491	549
Capitalização de juros sobre empréstimos - Lei nº 11.638/07	<u>(615)</u>	<u>(544)</u>
	3.694	2.968
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.256</u>	<u>1.009</u>
Classificados no ativo não circulante	1.465	1.194
Classificados no passivo não circulante	<u>209</u>	<u>185</u>
	<u>1.256</u>	<u>1.009</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(8.129)	(7.791)
Imposto de renda diferido	<u>181</u>	<u>(54)</u>
	<u>(7.948)</u>	<u>(7.845)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(2.930)	(2.817)
Contribuição social diferida	<u>66</u>	<u>(19)</u>
	<u>(2.864)</u>	<u>(2.836)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.823	31.738
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(11.160)	(10.791)
Juros sobre o capital próprio	390	166
Outros	<u>(42)</u>	<u>(56)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(10.812)</u>	<u>(10.681)</u>

10. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Bradesco	Real	Novembro de 2009	CDI + 5,5% a.a.	-	10.174
Bradesco	Real	Mai de 2012	107,7% do CDI	17.337	23.682
Santander	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,084% a.a.	<u>42.480</u>	-
				59.817	33.856
Circulante				<u>48.817</u>	<u>17.356</u>
Não circulante				<u>11.000</u>	<u>16.500</u>

Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados para capital de giro e compra de equipamentos operacionais. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta Primav e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	5.500
2011	5.500	5.500
2012	<u>5.500</u>	<u>5.500</u>
	<u>11.000</u>	<u>16.500</u>

11. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas ligadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial:

<u>Companhia</u>	<u>Ativo não circulante</u> <u>Créditos</u> <u>diversos</u>	<u>Passivo circulante</u> <u>Contas</u> <u>a pagar</u>	<u>Passivo não circulante</u> <u>Contas</u> <u>a pagar</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	-	1.686	-
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>1.686</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>11</u>	<u>2.394</u>	<u>68</u>

Demonstração do resultado:

<u>Companhia</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	801	6.396
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (*)	-	13.917
ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (*)	<u>17.582</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>18.383</u>	<u>20.313</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>2.314</u>	<u>14.913</u>

(*) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda., tendo essas empresas sido incorporadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. a partir de 1º de setembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Cível (a)	1.543	1.281	(1.157)	162	1.829
Trabalhista (b)	<u>1.420</u>	<u>707</u>	<u>(277)</u>	<u>140</u>	<u>1.990</u>
	2.963	1.988	(1.434)	302	3.819
Depósitos judiciais (c)	<u>(236)</u>	<u>(413)</u>	<u>36</u>	<u>(37)</u>	<u>(650)</u>
	<u>2.727</u>	<u>1.575</u>	<u>(1.398)</u>	<u>265</u>	<u>3.169</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$1.539, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui um processo trabalhista referente a acidente de trabalho, avaliado como perda possível pelos consultores legais e pela Administração. O valor atualizado é de R\$8.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social é de R\$15.600, representado por 15.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio, limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no exercício no valor de R\$1.146 (R\$172 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, nas demonstrações do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizam R\$21.885 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo R\$2.331 relativos ao lucro do exercício de 2008 e R\$19.554 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$81.

O montante de dividendos a pagar de R\$1.311 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	22.011
Proposta da Administração:	
Juros sobre o capital próprio	1.146
Dividendos intermediários	19.554
Dividendos propostos	1.311

14. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	78.569	72.079
Pedágio por equipamento eletrônico	15.973	9.771
Pedágio em cupons e vale-pedágio	<u>27.181</u>	<u>25.211</u>
	121.723	107.061
Receitas acessórias (*)	<u>662</u>	<u>1.791</u>
Receita bruta	<u>122.385</u>	<u>108.852</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área por fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

15. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2009			2008		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	4.328	4.014	8.342	3.986	4.729	8.715
Conservação e manutenção	15.237	40	15.277	14.243	97	14.340
Serviços de terceiros (*)	7.795	21.903	29.698	6.326	17.679	24.005
Seguros	1.200	10	1.210	1.248	-	1.248
Poder Concedente	2.420	-	2.420	2.018	-	2.018
Depreciação/amortização	12.194	-	12.194	10.451	7	10.458
Outros	<u>1.276</u>	<u>3.272</u>	<u>4.548</u>	<u>1.619</u>	<u>1.911</u>	<u>3.530</u>
	<u>44.450</u>	<u>29.239</u>	<u>73.689</u>	<u>39.891</u>	<u>24.423</u>	<u>64.314</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	451	265
Outras	<u>38</u>	<u>5</u>
	<u>489</u>	<u>270</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(4.514)	(2.860)
Juros sobre outras obrigações	-	(24)
Outras	<u>(1.757)</u>	<u>(786)</u>
	<u>(6.271)</u>	<u>(3.670)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.782)</u>	<u>(3.400)</u>

Os juros sobre empréstimos são capitalizados conforme critérios definidos pela Deliberação CVM nº 193/96.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a

seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos disponíveis para venda.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	3.175	3.175
Aplicações financeiras	12.004	12.004
Passivos-		
Empréstimos	59.817	61.357

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes e empréstimos.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>2.143</u>	<u>2.674</u>	<u>3.202</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>8,55%</u>	<u>10,69%</u>	<u>12,83%</u>

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$44 (R\$73 em 31 de dezembro de 2008), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

19. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinária, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
All Risks	De 31.12.09 a 31.12.10	367.561
Risco engenharia - patrimoniais - perda da receita	De 31.12.09 a 31.12.10	12.000

20. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculadas a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$324 (R\$387 em 31 de dezembro de 2008), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

21. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão é novembro de 2021). A atual Administração do Governo do Estado do Paraná busca reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2008, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2008, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já através de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. A Ecovia busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há itens que não afetaram o caixa.

23. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
IMOBILIZADO		
Pavimentações e conservação especial	11,1%	9%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	9%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias e ampliações	8%	9%
INTANGÍVEL		
Software de terceiros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

- (b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.
-